

HELEXIA TLFN HOLDING S.A

**Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e relatório dos auditores
independentes**

Relatório da Administração 2022	4
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	7
Balanços patrimoniais	8
Balanços patrimoniais	9
Demonstração dos resultados	10
Demonstração dos resultados abrangentes	11
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstração dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas	12
1. Contexto, base de preparação e outras informações	12
1.1 Informações gerais	12
1.2 Base de preparação e políticas contábeis	15
1.3 Base de mensuração	15
1.4 Moeda funcional e moeda de apresentação	15
2. Estimativas críticas e riscos	16
2.1 Estimativas críticas e julgamentos	16
2.2 Gerenciamento de riscos	16
2.2.1 Risco de crédito.....	17
2.2.2 Risco de liquidez.....	17
2.2.3 Risco de mercado.....	18
2.2.4 Risco cambial.....	18
2.2.5 Risco operacional	18
3. Principais práticas contábeis adotadas	18
3.1 Base de consolidação.....	18
3.1.1 Controladas	18
3.1.2 Transações eliminadas na consolidação	19
3.2 Caixa e equivalentes de caixa.....	19
3.3 Imobilizado	20
3.3.1 Reconhecimento e mensuração.....	20
3.3.2 Custos subsequentes.....	20
3.3.3 Depreciação	20
3.4 Intangível	20
3.5 Redução ao valor recuperável ("impairment").....	21
3.5.1 Ativo financeiros (incluindo recebíveis)	21
3.5.2 Ativo não financeiros.....	21
3.6 Provisões	21
3.7 Reconhecimento de receita	22
3.7.1 Receitas operacional	22
3.7.2 Receitas financeiras.....	22

3.8 Tributação	22
3.8.1 Imposto de renda e contribuição social.....	22
3.8.2 Tributos sobre o lucro.....	22
3.9 Instrumentos financeiros	23
3.10	Passivo
de arrendamentos	23
3.11 Novas normas e interpretações ainda não efetivas	24
4. Principais informações financeiras	25
4.1 Ativos e passivos financeiros	25
4.1.1 Instrumentos financeiros por categoria.....	25
4.1.2 Caixa e equivalentes de caixa.....	26
4.1.3 Estoques.....	26
4.1.4 Outros recebíveis - Consolidado.....	26
4.1.5 Impostos a recuperar.....	27
4.1.6 Fornecedores.....	27
4.1.7 Passivo de arrendamentos.....	28
4.2 Ativos e passivos não financeiros	28
4.2.1 Investimentos.....	28
4.2.2 Imobilizado.....	12
4.2.3 Intangível.....	12
4.2.4 Tributos a recolher.....	15
4.3 Patrimônio Líquido	16
4.3.1 Capital Social.....	16
4.4 Resultado do exercício	17
4.4.1 Despesas administrativas e gerais.....	17
4.4.2 Resultado financeiro líquido.....	18
5. Outras informações	18
5.1 Transações com partes relacionadas	18
6. Eventos subsequentes	21
6.1 Redução de capital social na controlada SBH1	21
6.2 Integralização de capital social	22
6.3 Integralização de capital social nas investidas	22

Relatório da Administração 2022

Prezados,

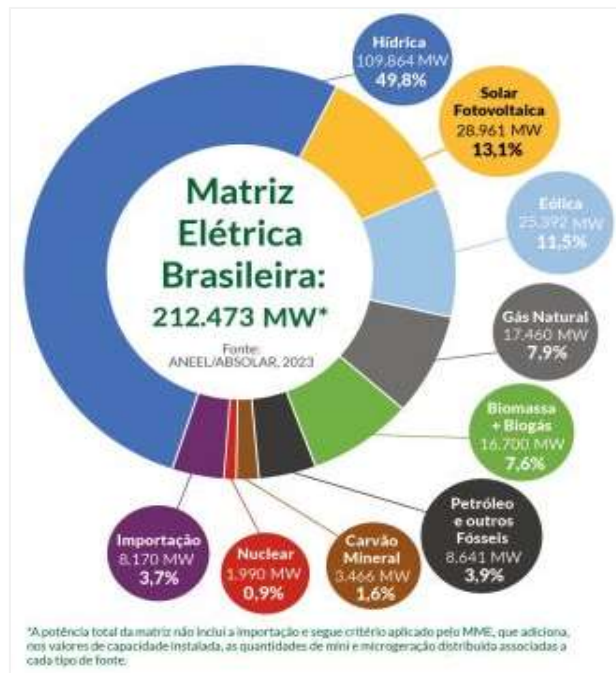
A Helexia TLFN Holding S.A. (“Companhia” ou “TLFN”) submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Geração Distribuída no Brasil

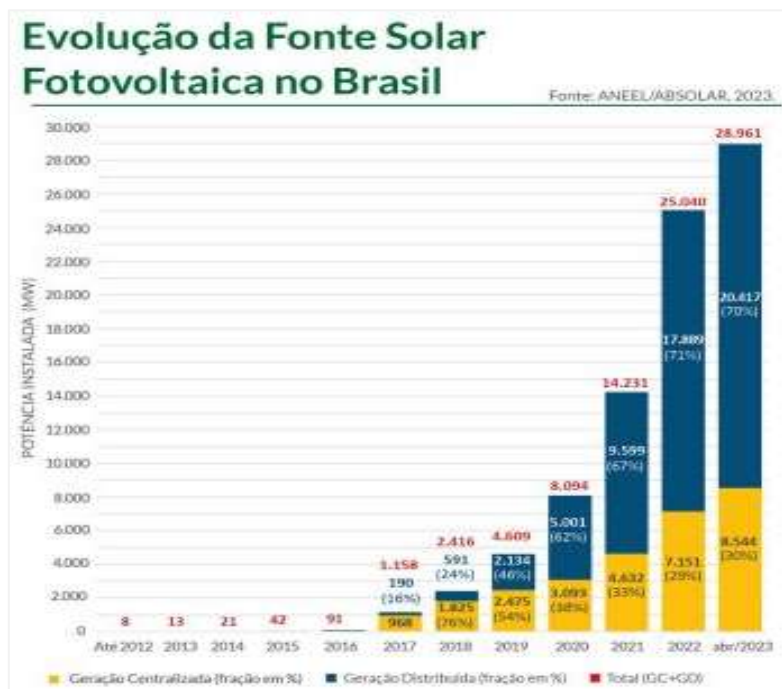
A história da geração distribuída (GD) solar fotovoltaica no Brasil teve início com a resolução REN 482/2012 da ANEEL, que permite aos indivíduos e a quaisquer entidades jurídicas gerar sua própria eletricidade no local da unidade consumidora, por meio de um sistema de compensação de energia conhecido como *net-metering*, no qual cada um kWh exportado para a rede gera um crédito de um kWh.

Apesar de estarem presentes dentro do universo da geração de energia elétrica, existem algumas diferenças entre Geração Centralizada e Geração Distribuída. De forma bem simples, um modelo de geração centralizada conta com poucas unidades geradoras produzindo energia para muitas pessoas. A eletricidade é levada por cabos de transmissão maiores, mais altos e com alta tensão, até as redes de distribuição, que são os cabos de energia dos postes. A geração distribuída de energia, é um modelo em que várias unidades geradoras de menor porte abastecem a rede onde, na maioria dos casos, elas se conectam diretamente com às linhas de distribuição.

De acordo com dados da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR), o Brasil ultrapassou 10 GW de potência em 11 anos de geração distribuída, na qual 99,9% do total é proveniente de energia solar fotovoltaica. Adicionalmente, em 2023 a energia solar fotovoltaica conseguiu alcançar o 2º lugar na Matriz Elétrica Brasileira, conforme o gráfico abaixo:



Aliado a este fato, desde 2020, a Geração Distribuída superou a Geração Centralizada, em termos de potência instalada:



Contextualização Geral

Em junho de 2020, a Helexia firmou contrato de 20 anos, com a Telefônica/Vivo, para um total de 57,5 MWp, para atender a demanda de suas unidades consumidoras (“UCs”) de 5 Estados Brasileiros (São Paulo, Paraná, Ceará, Mato Grosso do Sul e Rondônia), através da injeção de energia produzida pela planta na linha da distribuidora, gerando créditos de energia para as UCs, através do Sistema de Compensação de Energia Elétrica, e, conseqüentemente, desconto nas faturas de energia elétrica destas. Devido ao fato da planta geradora não estar no mesmo local físico que as UCs, mas estar num local dentro da área de concessão da distribuidora que atende estas UCs, a modalidade aplicada para a Geração Distribuída, na planta de Loanda, é de Auto Consumo Remoto.

Mensagem da Administração

Para aumento do retorno do projeto relacionado ao contrato firmado e asseguração de reinvestimento em outros projetos do Grupo Helexia, a estratégia definida era que o projeto fosse financiado na modalidade de Project Finance e, diante desta, fora iniciada a negociação de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), com o intuito de financiar todo o portfólio referente aos 57,5 MWp, nos 5 Estados Brasileiros. Importante destacar que, para cada projeto, fora criada uma Sociedade de Propósito Específico, as quais possuíam a companhia HLX TLFN Holding como acionista.

Entretanto, na fase de análise de projetos efetuada pelo BNDES, os projetos referentes aos Estados de São Paulo (2 projetos) e Ceará (1 projeto) não estavam *ready-to-build* (aptos ao início da construção), devido ao fato do andamento de alguns requisitos de licenciamento ambiental e parecer de acesso, os quais dependiam de análise de órgãos ambientais e das Distribuidoras. Diante disso, para não travar o processo de financiamento dos demais projetos dos Estados de Paraná, Mato Grosso do Sul e Rondônia (5 projetos), o BNDES solicitou a segregação destes projetos em uma estrutura de “pacote” financiável específica. Desta forma, foi criada a SBH1, para atender a solicitação do BNDES e para dar andamento com o financiamento destes projetos, a qual possui a Helexia TLFN Holding S.A. como acionista.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da
Helexia TLFN Holding S.A
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Helexia TLFN Holding S.A (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Helexia TLFN Holding S.A em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Exercício anterior não auditado

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial individual e consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 20 de outubro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Milena dos Santos Rosa
Contador CRC RJ-100983/O-7

HELEXIA TLFN HOLDING S.A.

Balanços patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais

Ativos	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)	31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4.1.2	17.042	35.945	5.510	227
Impostos a recuperar	4.1.5	22.047	8.014	6.343	143
Estoques	4.1.3	66.809	529	53.954	38
Dividendos a receber	5.1	-	203	605	165
Adiantamento para futuro aumento de capital	4.2.1	-	-	59.746	30.583
Outros recebíveis	4.1.4	6.234	341	-	-
Total ativo circulante		112.132	45.032	126.158	31.156
Não circulante					
Investimentos	4.2.1	2.172	1.744	241.520	111.120
Imobilizado	4.2.2	240.549	131.185	-	-
Intangível	4.2.3	25.933	12.420	317	39
Total ativo não circulante		268.654	145.349	241.837	111.159
Total do ativo		380.786	190.381	367.995	142.315

HELEXIA TLFN HOLDING S.A.

Balanços patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais

Passivos	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)	31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)
Circulante					
Fornecedores	4.1.6	6.219	38.109	48	93
Contas a pagar - Partes relacionadas	5.1	6.940	1.861	18	3
Empréstimos – Partes relacionadas	5.1	217.401	78.188	226.811	78.188
Obrigações fiscais e trabalhistas	4.2.4	1.166	1.733	3	4
Passivo de arrendamentos	4.1.7	159	138	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	4.3.2	73.829	-	73.829	-
Outros passivos		296	-	-	-
Total passivo circulante		306.010	120.029	300.709	78.288
Não Circulante					
Passivo de arrendamentos	4.1.7	7.490	6.325	-	-
Total passivo circulante		7.490	6.325	-	-
Total do passivo		313.500	126.354	300.709	78.288
Patrimônio líquido					
Capital social	4.3.1	80.686	65.768	80.686	65.768
Prejuízo acumulado		(13.400)	(1.741)	(13.400)	(1.741)
Total do patrimônio líquido		67.286	64.027	67.286	64.027
Total do passivo e patrimônio líquido		380.786	190.381	367.995	142.315

HELEXIA TLFN HOLDING S.A.

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais



	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)	31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)
Resultado de equivalência patrimonial	4.2.1	-	-	1.195	544
Lucro Bruto		-	-	1.195	544
Despesas operacionais	4.4.1				
Despesas administrativas		(1.922)	(1.928)	(939)	(1.366)
Despesas tributárias		(306)	-	(243)	-
Despesas com viagens		(55)	(8)	(14)	(8)
Outras receitas e despesas operacionais		6	(1)	-	-
Lucro/ (Prejuízo) antes do resultado financeiro e tributos		(2.277)	(1.937)	(1)	(830)
Receitas financeiras		4.310	1.977	1.470	591
Despesas financeiras		(133)	(110)	(15)	(100)
Despesas financeiras - Partes relacionadas	5.1	(12.650)	(1.243)	(13.115)	(1.243)
Resultado financeiro	4.4.2	(8.473)	624	(11.658)	(752)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(10.750)	(1.313)	(11.659)	(1.582)
Imposto de renda e contribuição social	4.2.4	(909)	(274)	-	(5)
Prejuízo do exercício		(11.659)	(1.587)	(11.659)	(1.587)

HELEXIA TLFN HOLDING S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)	31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)
Prejuízo do exercício	(11.659)	(1.587)	(11.659)	(1.587)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	(11.659)	(1.587)	(11.659)	(1.587)

HELEXIA TLFN HOLDING S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais



	Capital Social	Lucro / Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)	4.000	(154)	3.846
Aumento de Capital Social	61.768	-	61.768
Prejuízo do exercício	-	(1.587)	(1.587)
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)	65.768	(1.741)	64.027
Aumento de Capital Social	14.918	-	14.918
Prejuízo do exercício	-	(11.659)	(11.659)
Saldosem 31 dedezembro de 2022	80.686	(13.400)	67.286

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

HELEXIA TLFN HOLDING S.A.



Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)	31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)
Resultado do exercício antes dos impostos	(10.750)	(1.582)	(11.659)	(1.587)
Ajustes em:				
Amortizações	11	9	11	9
Ganho na venda de imobilizado entre empresas do grupo	134	-	-	-
Equivalência Patrimonial	-	-	(1.195)	(544)
Perda com investimentos – Vide nota 4.2.1	315	893	315	893
Provisão de juros com mútuos	12.685	1.243	13.115	1.243
	2.395	563	587	14
Variações em:	(113.065)	32.880	(60.147)	(81)
Contas a receber	203	(203)	-	-
Estoques	(66.280)	-	(53.916)	-
Outros ativos	(5.892)	(601)	-	(42)
Impostos a recuperar	(14.033)	(8.014)	(6.200)	(138)
Fornecedores	(31.890)	38.109	(46)	93
Contas a pagar - partes relacionadas	5.079	1.856	15	3
Outros passivos	312	-	-	-
Obrigações trabalhistas e dividendos	(564)	1.733	-	3
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades operacionais	(110.670)	33.443	(59.560)	(67)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(909)	(274)	-	-
Pagamento de juros - mútuos	(43)	-	(63)	-
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades operacionais	(111.622)	33.169	(59.623)	(67)
Fluxo de caixa das atividades de Investimento	(122.080)	(138.832)	(159.412)	(141.372)
Aquisição de imobilizado e intangível	(122.443)	(137.088)	(289)	(48)
Ressarcimento da Seguradora - Baixa de imobilizado	1.108	-	-	-
Aumento de capital em controladas	-	-	(98.632)	(108.997)
AFAC em controladas	-	-	(59.746)	(30.583)
Aquisição de investimentos	(745)	(1.744)	(745)	(1.744)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(122.080)	(138.832)	(159.412)	(141.372)
Fluxo de caixa das atividades de Financiamento	214.799	101.108	224.318	101.166
Aumento de capital	14.918	24.221	14.918	24.221
Adiantamento para futuro aumento de capital	73.829	-	73.829	-
Mútuos captados	129.071	76.950	138.571	76.945
Pagamento de mútuos - principal	(2.500)	-	(3.000)	-
Pagamento de arrendamentos	(519)	(63)	-	-
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento	214.799	101.108	224.318	101.166
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO	(18.903)	(4.555)	5.283	(40.273)
Aumento (diminuição) líquido(a) em caixa e equivalentes de caixa	(18.903)	(4.555)	5.283	(40.273)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	35.945	40.500	227	40.500
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	17.042	35.945	5.510	227
Transações que não envolveram caixa:				
Aumento de capital social via integralização de AFAC	-	36.654	-	36.654
Contratos de arrendamento	1.333	6.480	-	-
Capitalização de juros e depreciação – direito de uso	665	83	-	-
Aumento de capital em controladas via integralização de AFAC	-	-	30.583	-
Aumento de capital social via cessão de quotas	-	-	-	893

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Notas explicativas

1. Contexto, base de preparação e outras informações

1.1 Informações gerais

A Helexia TLFN Holding S.A. (“Companhia” ou “TLFN”) é uma “Holding”, constituída na forma de sociedade por ações de capital fechado.

A TLFN foi constituída em 26 de junho de 2020 e é controlada diretamente pela Helexia S.A. e com participação minoritária da Sion Projetos de Energia S.A.. A Companhia tem por objeto a participação direta ou indireta em sociedades organizadas sob qualquer natureza jurídica, o comércio atacadista de máquinas, partes e peças e a prestação de serviços de engenharia. Possui sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bela Cintra nº 968, conjunto 91, Consolação, CEP 01.415-002, podendo abrir e fechar filiais, sucursais ou estabelecimentos de qualquer natureza, no País ou exterior, mediante autorização da Assembleia Geral.

A Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 174.551 mil em 2022 (R\$ 46.732 mil em 2021), além de prejuízo de R\$ 11.659 mil em 2022 (R\$ 1.587 mil em 2021). A Administração afirma que não existe incerteza sobre a continuidade operacional da Companhia pois, dentro do seu plano de negócios, planeja realizar investimentos suficientes para liquidar suas obrigações de curto prazo, através de suporte financeiro do acionista caso necessário, tendo em vista que os projetos até o encerramento de 2022 não eram operacionais.

Em 15 de março de 2022, a controladora Helexia TLFN Holding S.A. aumentou o Capital Social da Helexia SBH1 S.A. via transferência de 100% de participação societária nas empresas listadas abaixo:

Empreendimento	% Participação
SOL MS PARANAÍBA S.A.	100,00%
SOL RO ROLIM DE MOURA S.A.	100,00%
SOL PR LOANDA S.A.	100,00%
SOL PR CIDADE GAÚCHA S.A.,	100,00%
SOL PR NOVA ESPERANÇA S.A.	100,00%

As controladas têm por objeto as seguintes atividades: : (i) aluguel de outras máquinas e equipamentos que compõem a unidade fotovoltaica; (ii) serviços de performance energética ou economia de energia; (iii) sublocação/sucessão de imóveis de terceiros, onde está sediada; e (iv) manutenção e reparação de máquinas e equipamentos.

Abaixo, a relação das investidas e as respectivas participações:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Controladas		
HELEXIA SBH1 S.A.	100%	-
HELEXIA SBH2 S.A.	100%	-
SOL SP SERRA DO MAR SPE S.A.	100%	100%
SOL SP TIETE SPE S.A.	100%	100%
SOL CE CAATINGA SPE.S.A	100%	100%
SOL SP PRESIDENTE VENCESLAU S.A	100%	-
SOL RS SAO JERONIMO S.A.	100%	-
SOL SP TAQUARITUBA	100%	-
SOL MS PARANAIBA SPE S.A (indireta)	-	100%
SOL PR CIDADE GAUCHA S.A (indireta)	-	100%
SOL PR LOANDA S.A. (indireta)	-	100%
SOL PR NOVA ESPERANÇA S.A. (indireta)	-	100%
SOL RO ROLIM DE MOURA SPE S.A. (indireta)	-	100%

Contratação financiamento BNDES nas investidas

i) Rolim de Moura

No dia 29 de Dezembro de 2022, fora assinado o contrato de financiamento nº 22.2.0362.1 entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) e ROLIM, junto a outras SPEs que atendem o contrato com a Telefônica/Vivo, para implantação de 1 usina fotovoltaica, na modalidade de geração distribuída, localizadas no município de Rolim de Moura, Estado de Rondônia.

Para ROLIM, o total de crédito disponível será de R\$ 6.440, dividido em 2 (dois) Subcréditos, nos seguintes valores:

- a) Subcrédito “E1”: no valor de R\$ 3.220, que são compostos, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e pelos recursos originários do FAT – Depósitos Especiais;
- b) Subcrédito “E2”: no valor de R\$ 3.220, a ser provido com recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC), no âmbito do Programa Fundo Clima.

ii) Cidade Gaúcha

No dia 29 de Dezembro de 2022, fora assinado o contrato de financiamento nº 22.2.0362.1 entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) e Cidade Gaúcha, junto a outras SPEs que atendem o contrato com a

**Notas Explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
individuais e consolidadas de****31 de dezembro de 2022**Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

Telefônica/Vivo, para implantação de 5 usinas fotovoltaicas, na modalidade de geração distribuída, localizadas no município de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná.

Para Cidade Gaúcha, o total de crédito disponível será de R\$ 22.580, dividido em 2 (dois) Subcréditos, nos seguintes valores:

- Subcrédito “A1”: no valor de R\$ 11.290, que são compostos, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e pelos recursos originários do FAT – Depósitos Especiais;
- Subcrédito “A2”: no valor de R\$ 11.290, a ser provido com recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC), no âmbito do Programa Fundo Clima.

iii) Loanda

No dia 29 de Dezembro de 2022, fora assinado o contrato de financiamento nº 22.2.0362.1 entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) e Loanda, junto a outras SPEs que atendem o contrato com a Telefônica/Vivo, para implantação de 4 usinas fotovoltaicas, na modalidade de geração distribuída, localizadas no município de Loanda, Estado do Paraná.

Para Loanda, o total de crédito disponível será de R\$ 17.254, dividido em 2 (dois) Subcréditos, nos seguintes valores:

- a) Subcrédito “B1”: no valor de R\$ 8.627, que são compostos, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e pelos recursos originários do FAT – Depósitos Especiais;
- b) Subcrédito “B2”: no valor de R\$ 8.627, a ser provido com recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC), no âmbito do Programa Fundo Clima.

iv) Nova Esperança

No dia 29 de Dezembro de 2022, fora assinado o contrato de financiamento nº 22.2.0362.1 entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) e Nova Esperança, junto a outras SPEs que atendem o contrato com a Telefônica/Vivo, para implantação de 5 usinas fotovoltaicas, na modalidade de geração distribuída, localizadas no município de Nova Esperança, Estado do Paraná.

Para Nova Esperança, o total de crédito disponível será de R\$ 22.552, dividido em 2 (dois) Subcréditos, nos seguintes valores:

- a) Subcrédito “D1”: no valor de R\$ 11.276, que são compostos, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e pelos recursos originários do FAT – Depósitos Especiais;
- b) Subcrédito “B2”: no valor de R\$ 11.276, a ser provido com recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC), no âmbito do Programa Fundo Clima.

v) Paranaíba

No dia 29 de Dezembro de 2022, fora assinado o contrato de financiamento nº 22.2.0362.1 entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") e Paranaíba, junto a outras SPEs que atendem o contrato com a Telefônica/Vivo, para implantação de 2 usinas fotovoltaicas, na modalidade de geração distribuída, localizadas no município de Paranaíba, Estado do Mato Grosso do Sul.

Para Loanda, o total de crédito disponível será de R\$ 21.174, dividido em 2 (dois) Subcréditos, nos seguintes valores:

- a) Subcrédito "B1": no valor de R\$ 10.587, que são compostos, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e pelos recursos originários do FAT – Depósitos Especiais;
- b) Subcrédito "B2": no valor de R\$ 10.587, a ser provido com recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC), no âmbito do Programa Fundo Clima.

1.2 Base de preparação e políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 20 de outubro de 2023.

1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas.

1.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo,

exceto quando indicado de outra forma.

2. Estimativas críticas e riscos

Esta seção apresenta os variados riscos aos quais está exposta a Companhia e demonstra como esses riscos poderiam impactar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e sua performance.

2.1 Estimativas críticas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração use de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas, cujos resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Depreciação e amortização do ativo fixo

A depreciação/ amortização do ativo fixo leva em consideração premissas com alto grau de julgamento, tais como a vida útil e valor residual dos ativos. Quaisquer mudanças nessas premissas podem implicar na alteração das taxas de depreciação/ amortização e, como consequência, na valorização do ativo fixo.

Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário

A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

2.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros não derivativos:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco cambial
- Risco operacional

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles mitigatórios de riscos e para monitorar riscos e aderência aos limites estabelecidos, assegurando os objetivos estratégicos da Companhia. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente e de acordo com alterações significativas nos cenários econômicos do país, que possam vir a refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia, são avaliados os potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

2.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Para mitigar esse risco, a Companhia adota como prática a análise de compliance e financeira de cada cliente, antes da formalização contratual, para assegurar que o cliente não possui indicadores relevantes de compliance e nem incapacidade de solvência. Ainda assim, a Companhia realiza acompanhamento permanente das posições em aberto com cada cliente, avaliando o aging dessas e possíveis estratégias de cobrança ou seguranças contratuais.

Este risco é avaliado como baixo, tendo em vista que, além da análise de compliance e financeira de seus clientes, a estratégia da Companhia é de firmar contratos com clientes estratégicos, maduros no mercado e com possíveis estratégias de cross-selling de serviços energéticos. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, na data da demonstração financeiras.

2.2.2 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia pode encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais de mercado, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação e a operação da Companhia.

Para mitigar este risco, a Companhia efetua controles de fluxo de caixa semanalmente e mensalmente, a fim de avaliar possíveis impactos e definir estratégias para obtenção de liquidez suficiente e conta com investimentos de capital de sua Matriz, em caso de necessidade.

2.2.3 Risco de mercado

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições negativas de reputação da Companhia ao mercado, fato que poderia dificultar novos negócios e possíveis financiamentos e linhas de crédito.

Desta forma, a Companhia avalia todos os possíveis fatos que poderiam trazer problemas de reputação e define estratégias de resolução e comunicação destas ao mercado.

2.2.4 Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de diferenças entre as moedas nas quais os contas a pagar à fornecedores são denominados e as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia. A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$).

Para mitigar possíveis riscos cambiais, a Companhia define estratégias de proteção cambial (hedge), para suas obrigações de pagamentos em moedas internacionais.

2.2.5 Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos à sua operação, decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais, regulatórias e de fenômenos da natureza, para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia.

Para administrar o risco operacional, a Companhia negocia seguros operacionais, proteções contratuais, realiza manutenções preventivas e detectivas e busca eficácia no controle de custos.

3. Principais práticas contábeis adotadas

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, salvo indicação ao contrário.

3.1 Base de consolidação

3.1.1 Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência

patrimonial. As políticas contábeis das controladas são consistentes com a da Companhia e ao consolidado.

3.1.2 Investimentos em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

3.1.3 Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.1.4 Combinações de negócios

Combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de negócio e o controle é transferido para a Companhia. É avaliado se o conjunto de atividades e ativos incluem no mínimo um *input* e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

3.3 Imobilizado

3.3.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment), e quando necessário custo inclui custos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e têm seu valor líquido registrado no resultado como outras receitas ou despesas.

3.3.2 Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os custos serão auferidos pela Companhia. Despesas de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

3.3.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A Companhia utiliza para fins de depreciação a vigência dos contratos de arrendamento dos bens como prazo limite, dessa forma a depreciação dos seus imobilizados se limita a 25 anos.

	Taxa depreciação em anos
Direito de uso	25
Máquinas e equipamentos	10
Instalação industrial	10
Benfeitorias em propriedades de terceiros	5

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas)", na demonstração do resultado do exercício.

3.4 Intangível

Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e impairment. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos

direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada.

Itens do ativo intangível relacionados ao desenvolvimento interno dos projetos da Companhia são amortizados a partir da data em que estão prontos para operar e utilizam a vigência dos contratos de arrendamento dos bens como prazo limite de amortização de seus intangíveis.

A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é calculada com base no método linear durante a vida útil e o tempo de contrato de locação de terreno de 25 anos.

Os softwares adquiridos e não incorporados ao custo dos projetos da Companhia são amortizados em 5 anos.

3.5 Redução ao valor recuperável (“impairment”)

3.5.1 Ativo financeiros (incluindo recebíveis)

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica a reversão da perda do valor, a diminuição na perda do valor é revertida e registrada no resultado.

3.5.2 Ativo não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada exercício de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não identificou indicadores relacionados a recuperabilidade de seus ativos não financeiros.

3.6 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando

há riscos prováveis de perda nas ações judiciais e processos administrativos junto a tribunais e órgãos governamentais que envolvam questões tributárias, trabalhistas, cíveis ou outros assuntos em que a Companhia figure como parte passiva.

3.7 Reconhecimento de receita

3.7.1 Receitas operacional

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais de cada contrato de venda. A transferência normalmente ocorre quando o produto é entregue no estabelecimento do cliente ou quando é retirado pelo cliente nas dependências da Companhia.

3.7.2 Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente rendimento de aplicação financeira.

3.8 Tributação

3.8.1 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos.

3.8.2 Tributos sobre o lucro

Impostos correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos

que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Impostos diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação, além do prejuízo fiscal acumulado.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

3.9 Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo, incluindo os custos da transação se não forem mensurados a valor justo por meio do resultado. Os investimentos em instrumentos financeiros mantidos pela Companhia, que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de partes relacionadas e aplicações financeiras de longo prazo, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

Os passivos financeiros estão representados pelos saldos de fornecedores, contas a pagar/ dividendos com partes relacionadas e passivo de arrendamentos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação estiver revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

3.10 Passivo de arrendamentos

O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido.

A depreciação do ativo de direito de uso dos ativos é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente de cada contrato, sendo reconhecida no resultado do exercício a partir da entrada em operação da Companhia na linha competente à sua natureza ("Custo dos produtos vendidos" / "Despesas Administrativas" / "Despesas Comerciais"), assim como as despesas de juros,

**Notas Explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
individuais e consolidadas de
31 de dezembro de 2022**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no “Resultado financeiro”.

A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.

A taxa de desconto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 utilizadas para as operações de arrendamento de terrenos foram de 5,6% ao ano. A taxa foi determinada a nível de grupo.

3.11 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024.

Devido esta norma estar sujeita à desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período de aplicação inicial.

A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.

Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/ IAS 12)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais ou compensatórias – por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outro componente do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

A Companhia entende que não há impacto sobre esse tema.

Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

- IFRS 17 Contratos de Seguros
- Divulgação das Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2)
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/ IAS 8)

4. Principais informações financeiras

4.1 Ativos e passivos financeiros

Esta Nota provê informações sobre os ativos e passivos financeiros da Companhia, incluindo:

- Uma visão geral dos ativos e passivos financeiros por categoria
- Informações específicas para cada tipo de instrumento financeiro

4.1.1 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros não derivativos são classificados como ativos e passivos pelo custo amortizado, conforme descrito a seguir. Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)	31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	17.042	35.945	5.510	227
Dividendos a receber - Partes relacionadas	-	203	605	165
Estoques	66.809	529	53.954	38
Outros recebíveis	6.234	341	-	-
Total ativos financeiros	90.085	37.018	60.069	430
Passivos financeiros				
Fornecedores	(6.219)	(38.109)	(48)	(93)
Contas a pagar - Partes relacionadas	(6.940)	(1.861)	(18)	(3)
Empréstimos – Partes relacionadas	(217.401)	(78.188)	(226.811)	(78.188)
Passivo de arrendamentos	(7.649)	(6.463)	-	-
Total de passivos financeiros	(238.209)	(124.621)	(226.877)	(78.284)
Ativos (passivos) financeiros, líquidos	(148.124)	(87.603)	(166.808)	(77.854)

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e de controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos e risco.

**Notas Explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
individuais e consolidadas de**
31 de dezembro de 2022

 Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de risco descritos na NE 2.2.

4.1.2 Caixa e equivalentes de caixa

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de caixa e depósitos bancários à vista:

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)	31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)
Caixa e bancos conta movimento	17.042	35.945	5.510	227
Total de caixa e equivalentes de caixa	17.042	35.945	5.510	227

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos alta liquidez e prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e que visa atender compromissos de curto prazo.

4.1.3 Estoques

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)	31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)
Estoques	66.809	529	53.954	38
Total de estoques	66.809	529	53.954	38

O saldo de estoques se refere a equipamentos fotovoltaicos comprados para serem revendidos para as demais empresas do grupo. O sistema de custeio do estoque é o PEPS (Primeiro que entra, primeiro que sai).

4.1.4 Outros recebíveis - Consolidado

O saldo de outros ativos é composto totalmente por recebíveis da distribuidora COPEL – Companhia Paranaense de Energia, pelo reembolso dos valores custos de conexão, previstos nos contratos de obra de expansão/ reforço da rede elétrica.

A distribuidora fornece o contrato de obra contendo todo o orçamento calculado para a execução da obra necessária para conexão de todo novo projeto/ cliente. Esse contrato também contém o cálculo do ERD – Encargo de Responsabilidade da Distribuidora, que será o valor teto que a distribuidora vai arcar para essa obra. Caso o valor da obra seja maior que o ERD, o Grupo absorve o valor.

**Notas Explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
individuais e consolidadas de**
31 de dezembro de 2022

 Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo tem a opção de seguir com a obra de forma particular e nesse caso, terá o direito de receber o valor do ERD, após prestação de contas.

O ERD é o fator K (definido pelo art. 109 da REN nº1000/2021/ Copel-DIS) que multiplicado pela potência nominal da usina determina seu valor.

4.1.5 Impostos a recuperar

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)	31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)
IR/CS	556	14	159	11
Total de IR/CS	556	14	159	11
PIS	3.776	1.388	1.049	-
COFINS	17.312	6.386	4.814	-
IRRF	374	226	316	132
Outros	29	-	5	-
Total de tributos a recolher	22.047	8.014	6.343	143

Em 31 de dezembro de 2022 o Grupo apresentou o saldo contábil de R\$ 21.088 (7.774 em 2021) referente a créditos de Pis e Cofins a compensar devido a compra equipamentos nacionais e importados para compor seu ativo imobilizado, cujo direito é garantido pela legislação tributária.

4.1.6 Fornecedores

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)	31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)
Fornecedores Nacionais	1.221	36.657	6	93
Fornecedores internacionais	22	1.452	-	-
Provisão de fornecedores	4.976	-	42	-
Total de fornecedores	6.219	38.109	48	93

4.1.7 Passivo de arrendamentos

A movimentação do passivo de arrendamentos está assim demonstrada:

Passivo de arrendamentos	31/12/2021 (não auditado)	Juros	Pagamentos	Remensuração	Transf CP / LP	31/12/2022
Passivo Circulante	138	155	(373)	-	239	159
Passivo Não Circulante	6.325	217	(146)	1.333	(239)	7.490
Total no Passivo	6.463	372	(519)	1.333	-	7.649
Passivo de arrendamentos	31/12/2020 (não auditado)	Juros	Pagamentos	Adições / Baixas	Transf CP / LP	31/12/2021 (não auditado)
Passivo Circulante	-	-	(63)	-	201	138
Passivo Não Circulante	-	46	-	6.480	(201)	6.325
Total no Passivo	-	46	(63)	6.480	-	6.463

As operações de arrendamento do Grupo em vigência em 31 de dezembro de 2022 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos.

A composição da movimentação sumária do ativo já está mencionada na NE 4.3.1.

4.2 Ativos e passivos não financeiros

4.2.1 Investimentos

Em 01 de fevereiro de 2021, a Companhia adquiriu de terceiro 95% de participação das investidas: SOL MS Paranaíba SPE S.A, SOL PR Cidade Gaúcha S.A, SOL PR Loanda S.A , SOL PR Nova Esperança S.A e SOL RO Rolim de Moura SPE S.A, resultante de projetos de energia desenvolvidos pela alienante. O valor do preço de aquisição total foi de R\$ 1.250 mil, sendo pago em 31 de julho de 2021. As adquiridas possuíam apenas licença ambiental (motivo da aquisição). O resultado líquido das empresas foi de R\$ 112, R\$ 105, R\$ 118, R\$ 121 e R\$ 31 no ano de 2021, respectivamente.

	Valor do Patrimônio Líquido	Mais valia(*)	Ágio	Total pago
Controladas				
SOL MS PARANAIBA SPE S.A	2	232	16	250
SOL PR CIDADE GAUCHA S.A	1	226	23	250
SOL PR LOANDA S.A.	1	183	66	250
SOL PR NOVA ESPERANÇA S.A.	2	237	11	250
SOL RO ROLIM DE MOURA SPE S.A.	-	51	199	250

**Notas Explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
individuais e consolidadas de
31 de dezembro de 2022**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

Total	6	929	315	1.250
--------------	----------	------------	------------	--------------

(*) Através da metodologia *With and without* (que calcula o valor do ativo a partir da elaboração de 2 cenários: um no qual a empresa detém o ativo (with) e o segundo na qual ela não possui o ativo (without), trata-se de contratos de licença com vida útil remanescente de 30 anos.

Em 22 de março de 2022, a Companhia adquiriu de terceiro 100% de participação das investidas: SOL SP Presidente Venceslau SPE S.A., SOL RS São Jerônimo S.A. e SOL SP Taquarituba, *resultante de projetos de energia desenvolvidos pela alienante*. As adquiridas possuíam apenas licença ambiental (motivo da aquisição). O valor de contraprestação foi de R\$ 250 cada uma, sendo os valores de R\$ 155, R\$ 225 e R\$ 113 em ordem, a título de adicional caso ocorresse assinatura das companhias com a Telefônica (o que ocorreu). O resultado líquido das empresas foi de (R\$ 53), (R\$ 10) e (R\$ 70) no ano de 2022, respectivamente.

	Valor do Patrimônio Líquido	Mais valia(*)	Ágio	Total pago
Controladas				
SOL SP PRESIDENTE VENCESLAU SPE S.A.	(1)	264	142	405
SOL RS SÃO JERONIMO S.A.	-	340	135	475
SOL SP TAQUARITUBA	(1)	149	215	363
Total	(2)	753	492	1.243

(*) Através da metodologia *With and without* (que calcula o valor do ativo a partir da elaboração de 2 cenários: um no qual a empresa detém o ativo (with) e o segundo na qual ela não possui o ativo (without), trata-se de contratos de licença com vida útil remanescente de 30 anos.

**Notas Explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
individuais e consolidadas de
31 de dezembro de 2022**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

As informações financeiras resumidas das investidas em 31 de dezembro de 2022 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Participação acionária	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo Circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Controladas							
HELEXIA SBH1 S.A.	100%	16.342	143.313	51.144	-	108.511	(622)
HELEXIA SBH2 S.A.	100%	26	-	50	-	(24)	(24)
SOL SP SERRA DO MAR SPE S.A.	100%	15.237	33.166	1.432	-	46.945	557
SOL SP TIETE SPE S.A.	100%	20.013	40.454	1.765	-	58.702	968
SOL CE CAATINGA SPE.S.A	100%	3.979	26.789	3.905	-	26.846	328
SOL SP PRESIDENTE VENCESLAU S.A	100%	58	3.639	3.749	-	(52)	(53)
SOL RS SAO JERONIMO S.A.	100%	17	2.111	2.139	-	(9)	(10)
SOL SP TAQUARITUBA	100%	54	2.241	2.364	-	(69)	(70)
SOL MS PARANAIBA SPE S.A (indireta)	100%	1.750	31.113	4.735	1.967	26.161	(116)
SOL PR CIDADE GAUCHA S.A (indireta)	100%	4.388	37.609	4.799	885	36.313	51
SOL PR LOANDA S.A. (indireta)	100%	3.213	34.186	6.640	1.779	28.980	(144)
SOL PR NOVA ESPERANÇA S.A. (indireta)	100%	3.307	41.210	5.728	2.259	36.530	(132)
SOL RO ROLIM DE MOURA SPE S.A. (indireta)	100%	1.179	16.222	2.409	590	14.402	2

**Notas Explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
individuais e consolidadas de
31 de dezembro de 2022**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

As informações financeiras resumidas das investidas em 31 de dezembro de 2021 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Participação acionária	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo Circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Controladas							
SOL SP SERRA DO MAR SPE S.A.	100%	4.950	15.882	17.666	-	3.136	127
SOL SP TIETE SPE S.A.	100%	9.255	19.750	15.668	-	13.336	(145)
SOL CE CAATINGA SPE.S.A	100%	5.758	10.563	5.785	-	10.536	75
SOL MS PARANAIBA SPE S.A	100%	3.598	19.933	5.256	1.888	16.387	113
SOL PR CIDADE GAUCHA S.A	100%	6.868	24.334	5.424	850	24.928	105
SOL PR LOANDA S.A.	100%	6.007	18.285	10.783	1.707	11.802	119
SOL PR NOVA ESPERANÇA S.A.	100%	4.888	26.413	15.048	1.305	14.948	123
SOL RO ROLIM DE MOURA SPE S.A.	100%	3.362	8.344	7.084	566	4.056	31

**Notas Explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
individuais e consolidadas de
31 de dezembro de 2022**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

Abaixo podemos visualizar as movimentações dos investimentos:

	01/01/2021 (não auditado)	Aumento de capital	Equivalência	Mais valia	Ágio	Dividendos	Perda Argon ¹	31/12/2021 (não auditado)
Controladas								
SOL SP SERRA DO MAR SPE S.A.	-	10.813	126	-	-	(31)	-	10.908
SOL SP TIETE SPE S.A.	-	13.481	(144)	-	-	-	-	13.337
SOL MS PARANAIBA SPE S.A	-	19.022	112	232	16	(27)	(163)	19.192
SOL PR CIDADE GAUCHA S.A	-	25.041	105	226	23	(25)	(193)	25.177
SOL PR LOANDA S.A.	-	11.804	118	183	66	(28)	(156)	11.987
SOL PR NOVA ESPERANÇA S.A.	-	15.168	121	237	11	(29)	(313)	15.195
SOL RO ROLIM DE MOURA SPE S.A.	-	4.100	31	51	199	(7)	(68)	4.306
SOL CE CAATINGA SPE.S.A	-	10.461	75	-	-	(18)	-	10.518
Adiantamento para aquisição ²	-	500	-	-	-	-	-	500
Total	-	110.390	544	929	315	(165)	(893)	111.120

¹ Recomposição da Argon após Voltalia S.A. ceder ações para a Helexia. A Argon, mesmo não participando dos aumentos de capital em algumas investidas, manteve sua participação acionária por um período ao longo de 2021.

² Valores adiantados para aquisição das empresas SOL RS São Jerônimo S.A. e SOL SP Presidente Venceslau S.A.

HELEXIA TLFN HOLDING S.A.
**Notas Explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
individuais e consolidadas de
31 de dezembro de 2022**

 Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

	01/01/2022	Aumento de capital	Equivalência	Mais valia	Ágio	Dividendos	Verticalização SBH 1 (*)	Outros	31/12/2022
Controladas									
SOL SP SERRA DO MAR SPE S.A.	10.908	35.480	557	-	-	(132)	-	-	46.813
SOL SP TIETE SPE S.A.	13.337	44.398	968	-	-	(230)	-	(134)	58.339
SOL MS PARANAIBA SPE S.A.	19.192	4.115	63	-	-	-	(23.370)	-	-
SOL PR CIDADE GAUCHA S.A.	25.177	3.546	74	-	-	-	(28.797)	-	-
SOL PR LOANDA S.A.	11.987	7.887	33	-	-	-	(19.907)	-	-
SOL PRNOVA ESPERANÇA S.A.	15.195	10.894	38	-	-	-	(26.127)	-	-
SOL RO ROLIM DE MOURA SPE S.A.	4.306	6.895	45	-	-	-	(11.246)	-	-
SOL CE CAATINGA SPE.S.A.	10.518	15.999	328	-	-	(78)	-	-	26.767
SOL SP PRESIDENTE VENCESLAU SPE S.A.	250	-	(52)	14	142	-	-	-	354
SOL RS SÃO JERONIMO S.A.	250	-	(10)	89	136	-	-	-	465
SOL SP TAQUARITUBA	-	1	(70)	149	215	-	-	-	295
HELEXIA SBH1 S.A.	-	-	(621)	-	-	-	109.132	-	108.511
HELEXIA SBH2 S.A.	-	-	(24)	-	-	-	-	-	(24)
Total	111.120	129.215	1.329	254	490	(440)	(315)	(134)	241.520

(*) Em março de 2022, a Helexia TLFN Holding S.A. aumentou o Capital Social da Helexia SBH1 S.A. via transferência de 100% de participação societária nas empresas.

**Notas Explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
individuais e consolidadas de
31 de dezembro de 2022**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

Abaixo a composição dos AFACs:

	31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)
Controladas		
SOL SP TIETE SPE S.A.	-	10.353
SOL PR LOANDA S.A.	-	6.411
SOL PRNOVA ESPERANÇA S.A.	-	8.296
SOL RO ROLIM DE MOURA SPE S.A.	-	5.523
SOL CE CAATINGA SPE.S.A	550	-
SOL SP PRESIDENTE VENCESLAU S.A	3.529	-
SOL RS SÃO JERONIMO S.A.	2.126	-
SOL SP TAQUARITUBA	2.355	-
HELEXIA SBH1 S.A.	51.136	-
HELEXIA SBH2 S.A.	50	-
Total	59.746	30.583

4.2.2 Imobilizado

Composição dos saldos

Descrição	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)
Imobilizado - Usinas	240.549	131.185
Total do imobilizado	240.549	131.185

Abertura por grupo de imobilizado - Usinas

Descrição	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)
Edificações e benfeitorias	49.827	2.615
Máquinas e Equipamentos	131.184	72.807
Instalações	6.030	-
Direito de uso	7.483	6.443
Adiantamento a fornecedores - Imobilizado	46.025	49.320
Total do imobilizado	240.549	131.185

Notas Explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
individuais e consolidadas de
31 de dezembro de 2022

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

Movimentações do imobilizado

Consolidado

	Edificações e benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Instalações	Direito de uso	Adiantamento a fornecedores	Total
Em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)						
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-
Aquisições	2.615	72.807	-	6.480	49.320	131.222
Depreciação	-	-	-	(37)	-	(37)
Saldo contábil, líquido	2.615	72.807	-	6.443	49.320	131.185
Em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)						
Custo	2.615	72.807	-	6.480	49.320	131.222
Depreciação acumulada	-	-	-	(37)	-	(37)
Saldo contábil, líquido	2.615	72.807	-	6.443	49.320	131.185
Em 31 de dezembro de 2022						
Saldo inicial	2.615	72.807	-	6.443	49.320	131.185
Aquisições	45.615	42.172	6.030	1.333	15.765	110.915
Baixas	-	(1.258)	-	-	-	(1.258)
Transferências	1.597	17.464	-	-	(19.061)	-
Depreciação	-	-	-	(293)	-	(293)
Saldo contábil, líquido	49.827	131.185	6.030	7.483	46.024	240.549
Em 31 de dezembro de 2022						
Custo	49.827	131.184	6.030	7.813	46.025	240.879
Depreciação acumulada	-	-	-	(330)	-	(330)
Saldo contábil, líquido	49.827	131.184	6.030	7.483	46.025	240.549

4.2.3 Intangível

Composição dos saldos

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)	31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)
Intangível	25.933	12.420	317	39
Total do Intangível	25.933	12.420	317	39

Abertura por grupo de intangível – Usinas

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)	31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)
Software	628	39	28	39
Gastos com desenvolvimento	25.300	12.362	289	-
Adiantamento a fornecedores	5	19	-	-
Total do Intangível	25.933	12.420	317	39

O valor registrado no Intangível corresponde aos custos incorridos até a respectiva data-base, relacionados ao desenvolvimento dos projetos das Companhias, antes do início da construção dos parques. Foram capitalizados juros e depreciações de arrendamentos em 2022 no total de R\$ 665 (R\$ 83 em 2021).

Notas Explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

Movimentações do intangível

Controladora

	Software	Gastos com desenvolvimento	Adiantamento a fornecedores	Total
Em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)				
Saldo inicial	-	-	-	-
Aquisições	48	-	-	48
Amortização	(9)	-	-	(9)
Saldo contábil, líquido	39	-	-	39
Em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)				
Custo	48	-	-	48
Amortização acumulada	(9)	-	-	(9)
Saldo contábil, líquido	39	-	-	39
Em 31 de dezembro de 2022				
Saldo inicial	39	-	-	39
Aquisições	-	289	-	289
Amortização	(11)	-	-	(11)
Saldo contábil, líquido	28	289	-	317
Em 31 de dezembro de 2022				
Custo	48	289	-	337
Amortização acumulada	(20)	-	-	(20)
Saldo contábil, líquido	28	289	-	317

**Notas Explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado

	Software	Gastos com desenvolvimento	Adiantamento a fornecedores	Total
Em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)				
Saldo inicial	-	-	-	-
Aquisições	48	12.362	19	12.429
Amortização	(9)	-	-	(9)
Saldo contábil, líquido	39	12.362	19	12.420
Em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)				
Custo	48	12.362	19	12.429
Amortização acumulada	(11)	-	-	(11)
Saldo contábil, líquido	37	12.362	19	12.418
Em 31 de dezembro de 2022				
Saldo inicial	37	12.362	19	12.418
Aquisições	602	12.924	-	13.526
Transferências	-	14	(14)	-
Amortização	(11)	-	-	(11)
Saldo contábil, líquido	628	25.300	5	25.933
Em 31 de dezembro de 2022				
Custo	650	25.300	5	25.955
Amortização acumulada	(22)	-	-	(22)
Saldo contábil, líquido	628	25.300	5	25.933

4.2.4 Tributos a recolher

Reconciliação da alíquota efetiva

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas com a despesa registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)	31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(10.750)	(1.313)	(11.659)	(1.582)
Imposto de renda e contribuição social - alíquota nominal combinada (34%)	-	-	-	-
Base de cálculo	(10.750)	(1.313)	(11.659)	(1.582)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício (corrente) - Empresas que apuraram lucro	(909)	(274)	-	(5)
Alíquota efetiva	8%	21%	0%	0%

Tributos e contribuições

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)	31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)
IR/CS	79	38	-	2
Total de IR/CS	79	38	-	2
PIS	88	291	-	-
COFINS	407	1.339	-	-
Outros	592	65	3	2
Total de tributos a recolher	1.166	1.733	3	4

4.3 Patrimônio Líquido

4.3.1 Capital Social

Conforme instrumento Particular da 1ª (Primeira) Alteração do Contrato Social datada de 15 de janeiro de 2021, foi autorizado pela acionista o aumento de capital no valor de R\$ 36.654.487,00 (trinta e seis milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e sete reais) mediante emissão de 36.654.487 (trinta e seis milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e sete) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada, através de integralização de AFAC.

Conforme instrumento Particular da 2ª (Segunda) Alteração do Contrato Social datada de 01 de julho de 2021, foi autorizado pela acionista o aumento de capital no valor de R\$ 893.685,00 (oitocentos e noventa e três mil seiscentos e oitenta e cinco), por meio da emissão de 893.685 (oitocentas e noventa e três mil seiscentas e oitenta e cinco) novas quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, as quais são, neste ato, totalmente subscritas e integralizadas pela sócia, Argon, qualificada, que ora ingressa na Sociedade, mediante conferência à Sociedade da totalidade das ações de sua titularidade, de emissão das companhias SOL PR LOANDA S.A.; SOL PR NOVA ESPERANÇA S.A.; SOL MS PARANAÍBA S.A.; SOL PR CIDADE GAUCHA S.A.; e SOL RO ROLIM DE MOURA S.A..

Conforme Assembleia Geral Extraordinária datada de 12 de julho de 2021, foi autorizado pela acionista o aumento de capital no valor de 24.220.000,00 (vinte e quatro milhões, duzentos e vinte mil reais), mediante a emissão de 24.220.000 (vinte e quatro milhões, duzentas e vinte mil) novas ações ordinárias, nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária datada de 10 de fevereiro de 2022, foi autorizado pela acionista o aumento de capital no valor de R\$ 14.918.000,00 (quatorze milhões, novecentos e dezoito mil reais), mediante a emissão de 14.918.000 (quatorze milhões, novecentas e dezoito) novas ações ordinárias, nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada

Abaixo a demonstração do Capital Social em 31 de dezembro de 2021 e 2022.

	Quantidade de ações	Capital
<i>Em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)</i>		
Helexia S.A.	64.123.968	64.124
Argon geração Projetos de Energia S.A.	1.644.204	1.644
Total	65.768.172	65.768

	Quantidade de ações	Capital
<i>Em 31 de dezembro de 2022</i>		
Helexia S.A.	78.669.018	78.669
Argongeração Projetos de Energia S.A.	2.017.154	2.017
Total	80.686.172	80.686

4.3.2 Adiantamento para future aumento de capital

A Companhia possui registrado em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$ 73.829 mil.

4.3.3 Distribuição de resultados

A Companhia em seu estatuto social define a distribuição de lucros em 25% dos dividendos mínimos obrigatórios nos termos da Lei 6.404/76, sendo o restante com decisão da Assembleia Geral para distribuição dos valores.

4.4 Resultado do exercício

4.4.1 Despesas operacionais

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)	31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)
Serviços de terceiros	(1.461)	(915)	(613)	(361)
Outras despesas	(135)	(111)	-	(103)
Perdas com investimentos	(315)	(893)	(315)	(893)
Amortização	(11)	(9)	(11)	(9)
Despesas administrativas	(1.922)	(1.928)	(939)	(1.366)
Impostos, taxas e contribuições	(306)	-	(243)	-
Despesas tributárias	(306)	-	(243)	-
Despesas com viagens	(55)	(8)	(14)	(8)
Despesas com viagens	(55)	(8)	(14)	(8)
Recuperação de despesas	6	(1)	-	-
Outras receitas e despesas operacionais	6	(1)	-	-
Total de despesas administrativas e gerais	(2.277)	(1.937)	(1.196)	(1.374)

4.4.2 Resultado financeiro líquido

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021 (não auditado)	31/12/2022	31/12/2022 (não auditado)
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicação financeira	4.287	1.977	1.456	591
Outras receitas financeiras	23	-	14	-
Total de receitas financeiras	4.310	1.977	1.470	591
Despesas financeiras				
Encargos sobre mútuos	(12.650)	(1.243)	(13.115)	(1.243)
Outras despesas financeiras	(133)	(110)	(15)	(100)
Total de despesas financeiras	(12.783)	(1.353)	(13.130)	(1.343)
Resultado financeiro líquido	(8.473)	624	(11.658)	(752)

5. Outras Informações

5.1 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2022, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e suas coligadas e controladora como segue.

Controladora

Descrição	31/12/2021 (não auditado)			Resultado Juros
	Ativo Dividendos	Passivo Empréstimos	Passivo Contas a pagar	
SOL SP SERRA DO MAR SPE S.A.	30	-	-	-
SOL MS PARANAIBA SPE S.A	27	-	-	-
SOL PR CIDADE GAUCHA S.A	25	-	-	-
SOL PR LOANDA S.A.	28	-	-	-
SOL PRNOVA ESPERANÇA S.A.	29	-	-	-
SOL RO ROLIM DE MOURA SPE S.A.	7	-	-	-
SOL CE CAATINGA SPE.S.A	19	-	-	-
Helexia BR Ltda ¹	-	503	-	3
Votalia Energia do Brasil Ltda.	-	-	3	-
Helexia S.A. ²	-	77.685	-	1.240
Total de Partes relacionadas	165	78.188	3	1.243

**Notas Explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	31/12/2022			Resultado Juros
	Ativo Dividendos	Passivo Empréstimos	Passivo Contas a pagar	
SOL SP SERRA DO MAR SPE S.A.	162	-	-	20
SOL SP TIETE SPE S.A. ³	230	7.319	-	319
SOL MS PARANAIBA SPE S.A.	27	-	-	-
SOL PR CIDADE GAUCHA S.A.	25	-	-	-
SOL PR LOANDA S.A.	28	-	-	-
SOL PR NOVA ESPERANÇA S.A.	29	-	-	-
SOL RO ROLIM DE MOURA SPE S.A.	7	-	-	-
SOL CE CAATINGA SPE.S.A. ⁴	97	2.091	-	91
Helexia BR Ltda	-	-	-	5
Helexia Projetos Ltda.	-	-	-	35
Voltalia Energia do Brasil Ltda. ⁵	-	-	18	-
Helexia S.A.	-	217.401	-	12.645
Total de Partes relacionadas	605	226.811	18	13.115

Consolidado

Descrição	31/12/2021 (não auditado)			Resultado Juros
	Ativo Dividendos	Passivo Empréstimos	Passivo Contas a pagar	
Helexia BR Ltda ¹	-	503	-	3
Helexia Consultoria Ltda ⁵	203	-	1.861	-
Helexia S.A. ²	-	77.685	-	1.240
Total de Partes relacionadas	203	78.188	1.861	1.243

Descrição	31/12/2022			Resultado Juros
	Ativo Contas a receber	Passivo Empréstimos	Passivo Contas a pagar	
Helexia BR Ltda ¹	-	-	-	3
Helexia Consultoria Ltda ⁵	-	-	719	-
Voltalia Energia do Brasil Ltda. ⁶	-	-	5.932	-
Voltalia Serviços do Brasil Ltda	-	-	289	-
Helexia S.A. ²	-	217.401	-	12.645
Total de Partes relacionadas	-	217.401	6.940	12.648

¹ Contrato de mútuo firmados entre as TLFN e a Helexia BR LTDA em 10 de dezembro de 2021, onde a mutuante concedeu o montante de R\$ 500, com prazo de vigência até 03 de fevereiro de 2022, sob a taxa de juros aplicada de 11,23% a.a., totalmente liquidado dentro do exercício de 2022.

² Contrato de Shareholder Loan firmado entre as TLFN e sua acionista Helexia S.A. em 14 de junho de 2021, onde a mutuante concede o montante de até R\$ 221.000, com prazo de vigência de 18 meses, sob a taxa de juros aplicada de 6,6% a.a., com cláusula de capitalização de juros não liquidados para o principal a cada 01 de janeiro. Em 11 de janeiro de 2023, foi feito o aditivo desse contrato postergando o vencimento por mais 12 meses e atualizando a taxa de juros aplicada para 14% a.a..

³ Contrato de mútuo firmados entre as TLFN e a SOL SP Tietê SPE S.A. em 12 de setembro de 2022, onde a mutuante concedeu o montante de R\$ 7.000, com prazo de vigência até 20 de novembro de 2022, sob a taxa de juros aplicada de 15% a.a.. O aditivo do contrato posterga o vencimento para 31 de dezembro de 2023.

⁴ Contrato de mútuo firmados entre as TLFN e a SOL CE Caatinga S.A. em 12 de setembro de 2022, onde a mutuante concedeu o montante de R\$ 2.000, com prazo de vigência até 20 de novembro de 2022, sob a taxa de juros aplicada de 15% a.a.. O aditivo do contrato posterga o vencimento para 31 de dezembro de 2023.

⁵ O contrato de compartilhamento de custos administrativos firmado em 28 de junho de 2021 entre as Controladas e Helexia Consultoria LTDA, referente aos custos de mão-de-obra e custos gerais e administrativos referentes aos colaboradores Helexia que suportam o desenvolvimento dos negócios do Grupo Helexia, com valor total e vigência indeterminados.

⁶ O contrato de compartilhamento de custos administrativos firmado em 01 de junho de 2021 entre as Controladas e Voltalia Energia do Brasil LTDA, referente aos custos de mão-de-obra para desenvolvimento, licenciamento ambiental, fundiário, engenharia, operação e manutenção, regulatório, gestão de ativos e project finance, referentes ao suporte para desenvolvimento dos negócios do Grupo Helexia, o qual à época não possuía estrutura suficiente para abarcar todos expertises necessários, com valor total de R\$ 10.000 e vigência até 31 de Dezembro de 2023. Importante destacar que, em Julho de 2022, os colaboradores Helexia que eram registrados na folha de pagamento da Voltalia, foram integralmente transferidos para a estrutura do Grupo Helexia, na empresa Helexia Consultoria LTDA.

**Notas Explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação de empréstimos com partes relacionadas encontra-se abaixo:

Controladora:

	SOL SP SERRA DO MAR SPE S.A.	SOL SP TIETE SPE S.A.	SOL CE CAATINGA SPE.S.A	Helexia BR Ltda.	Helexia Projetos S.A.	Helexia S.A.	Total
Saldo em 01/01/2021	-	-	-	-	-	-	-
Captação	-	-	-	500	-	76.445	76.945
Juros	-	-	-	3	-	1.240	1.243
Saldo em 31/12/2021	-	-	-	503	-	77.685	78.188
Captação	500	7.000	2.000	-	2.000	127.071	138.571
Juros	20	319	91	5	35	12.645	13.115
Pagamento - Principal	(500)	-	-	(500)	(2.000)	-	(3.000)
Pagamento - Juros	(20)	-	-	(8)	(35)	-	(63)
Saldo em 31/12/2022	-	7.319	2.091	-	-	217.401	226.811

Consolidado:

	Helexia BR Ltda.	Helexia Projetos S.A.	Helexia S.A.	Total
Saldo em 01/01/2021	-	-	-	-
Captação	500	-	76.445	76.945
Juros	3	-	1.240	1.243
Saldo em 31/12/2021	503	-	77.685	78.188
Captação	-	2.000	127.071	129.071
Juros	5	35	12.645	12.685
Pagamento - Principal	(500)	(2.000)	-	(2.500)
Pagamento - Juros	(8)	(35)	-	(43)
Saldo em 31/12/2022	-	-	217.401	217.401

6. Eventos subsequentes**6.1 Redução de capital social na controlada SBH1**

Em 15 de fevereiro de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a redução do capital social da controlada em R\$ 81.000.000,00 (oitenta e um milhões de reais), mediante o cancelamento de 81.000.000 (oitenta e um milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

O montante efetivo da redução do capital social da Companhia será restituído à única acionista Helexia TLFN, em moeda corrente nacional em até 12 (doze) meses a contar da assinatura da presente ata.

6.2 Integralização de capital social

Em 10 de março de 2023, a Administração aprovou o aumento de capital de R\$ 71.299.525 (setenta e um milhões, duzentos e noventa e nove mil, quinhentos e vinte e cinco reais), mediante a emissão de 71.229.525 (setenta e um milhões, duzentos e noventa e nove mil, quinhentos e vinte e cinco) novas ações ordinárias, todas nominativas com o valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

6.3 Integralização de capital social nas investidas

i) Cidade Gaúcha

Em 08 de fevereiro de 2023, a Administração aprovou o aumento de capital de R\$ 3.445.000,00 (três milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil reais) decorrentes da capitalização dos AFACs realizados em (i) 04/11/2022, no montante total de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais); (ii) 10/11/2022, no montante de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais); (iii) 14/11/2022, no montante de R\$115.000,00 (cento e quinze mil reais); (iv) 18/11/2022, no montante de R\$95.000,00 (noventa e cinco mil reais); (v) 25/11/2022, no montante de R\$300.000,00 (trezentos mil reais); (vi) 05/12/2022, no montante de R\$255.000,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil reais); (vii) 09/12/2022, no montante de R\$570.000,00 (quinhentos e setenta mil reais); (viii) 15/12/2022, no montante de R\$670.000,00 (seiscentos e setenta mil reais); (ix) 20/12/2022, no montante de R\$565.000,00 (quinhentos e sessenta e cinco mil reais); (x) 23/12/2022, no montante de R\$225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais), mediante emissão de 3.445.000 (três milhões, quatrocentas e quarenta e cinco mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 39.638.548,00 (trinta e nove milhões, seiscentos e trinta e oito mil, quinhentos e quarenta e oito reais), dividido em 39.638.548 (trinta e nove milhões, seiscentas e trinta e oito mil, quinhentas e quarenta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 10 de março de 2023, a Administração aprovou o aumento de capital de R\$ 2.077.000,00 (dois milhões e setenta e sete mil reais) decorrentes da capitalização dos AFACs realizados em (i) 05/01/2023, no montante total de R\$ 82.000,00 (oitenta e dois mil reais); (ii) 10/01/2023, no montante total de R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais); (iii) 13/01/2023, no montante total de R\$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais); (iv) 25/01/2023, no montante total de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais); (v) 03/02/2023, no montante de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); (vi) 10/02/2023, no montante de R\$ 630.000,00 (seiscentos e trinta mil reais); (vii) 17/02/2023, no montante de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais); e (viii) 24/02/2023, no montante R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), mediante emissão de 2.077.000,00 (duas milhões e setenta e sete mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 41.715.548,00 (quarenta e um milhões, setecentos e quinze mil, quinhentos e quarenta e oito reais), dividido em 41.715.548,00 (quarenta e uma milhões, setecentas e quinze mil, quinhentas e quarenta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

ii) Loanda

Em 08 de fevereiro de 2023, a Administração aprovou o aumento de capital de R\$ 4.332.000,00 (quatro milhões, trezentos e trinta e dois mil reais) decorrentes da capitalização dos AFACs realizados em (i) 04/11/2022, no montante total de

R\$475.000,00 (quatrocentos e setenta e cinco mil reais); (ii) 08/11/2022, no montante total de R\$128.000,00 (duzentos e vinte e oito mil reais); (iii) 10/11/2022, no montante total de R\$400.000,00 (quatrocentos mil reais); (iv) 14/11/2022, no montante total de R\$53.000,00 (cinquenta e três mil reais); (v) 18/11/2022, no montante de R\$110.000,00 (cento e dez mil reais); (vi) 25/11/2022, no montante de R\$630.000,00 (seiscentos e trinta mil reais); (vii) 05/12/2022, no montante de R\$180.000,00 (cento e oitenta mil reais); (viii) 09/12/2022, no montante R\$70.000,00 (setenta mil reais); (ix) 15/12/2022, no montante de R\$1.480.000,00 (um milhão, quatrocentos e oitenta mil reais); (x) 20/12/2022, no montante de R\$580.000,00 (quinhentos e oitenta mil); (xi) 23/12/2022, no montante de R\$226.000,00 (duzentos e vinte e seis mil reais) mediante emissão de 4.332.000 (quatro milhões, trezentas e trinta e duas mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 33.364.618,00 (trinta e três milhões, trezentos e sessenta e quatro mil seiscentos e dezoito reais), dividido em 33.364.618 (trinta e três milhões, trezentas e sessenta e quatro mil, seiscentas e dezoito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 10 de março de 2023, a Administração aprovou o aumento de capital de R\$ 1.710.000,00 (um milhão, setecentos e dez mil reais) decorrentes da capitalização dos AFACs realizados em (i) 05/01/2023, no montante total de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais); (ii) 10/01/2023, no montante total de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais); (iii) 13/01/2023, no montante total de R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais); (iv) 19/01/2023, no montante total de R\$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais); (v) 25/01/2023, no montante de R\$ 590.000,00 (quinhentos e noventa mil reais); (vi) 03/02/2023, no montante de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais); (vii) 15/02/2023, no montante de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais); (viii) 17/02/2023, no montante R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais); e (ix) 24/02/2023, no montante de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) mediante emissão de 1.710.000 (um milhão, setecentas e dez mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 35.074.618,00 (trinta e cinco milhões, setenta e quatro mil, seiscentos e dezoito reais), dividido em 35.074.618 (trinta e cinco milhões, setenta e quatro mil, seiscentas e dezoito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

iii) Rolim de Moura

Em 03 de fevereiro de 2023, a Administração aprovou o aumento do capital social da Companhia em R\$ 1.435.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta e cinco mil reais) em razão da capitalização dos AFAC realizados em (i) 04/11/2022, no montante de R\$162.000,00 (cento e sessenta e dois mil reais); (ii) 10/11/2022, no montante de R\$145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais); (iii) 18/11/2022, no montante de R\$92.000,00 (noventa e dois mil reais); (iv) 25/11/2022, no montante de R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais); (v) 05/12/2022, no montante de R\$258.000,00 (duzentos e cinquenta e oito mil reais); (vi) 09/12/2022, no montante de R\$95.000,00 (noventa e cinco mil reais); (vii) 15/12/2022, no montante de R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais); (viii) 20/12/2022, no montante de R\$303.000,00 (trezentos e três mil reais); (ix) 23/12/2022, no montante de R\$140.000,00 (cento e quarenta mil reais) totalmente integralizado, nesta data, em moeda corrente nacional, mediante a emissão de 1.435.000 (um milhão, quatrocentas e trinta e cinco mil) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 10 de março de 2023, a Administração aprovou o aumento do capital social da Companhia em R\$ 930.000,00 (novecentos e trinta mil reais) mediante capitalização dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital ("AFAC") realizados em (i) 05/01/2023, no montante de R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais); (ii) 10/01/2023, no montante de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais); (iii) 13/01/2023, no montante de R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais); (iv) 19/01/2023, no montante de R\$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais); (v) 25/01/2023, no montante de R\$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais); (vi) 03/02/2023, no montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais); (vii) 10/02/2023, no montante de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais); (viii) 15/02/2023, no montante de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais); e (ix) 24/02/2023, no montante de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) totalmente integralizado, nesta data, em moeda corrente nacional, mediante a emissão de 930.000 (novecentas e trinta mil) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

iv) Paranaíba

Conforme Assembleia Geral Extraordinária datada de 03 de fevereiro de 2023, foi autorizado pela acionista o aumento do capital social da Companhia de R\$ 2.651.000,00 (dois milhões, seiscentos e cinquenta e um mil reais) totalmente integralizado, nesta data, em moeda corrente nacional, mediante a emissão de 2.651.000 (duas milhões, seiscentas e cinquenta e uma mil) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal ("Novas Ações").

Conforme Assembleia Geral Extraordinária datada de 10 de março de 2023, foi autorizado pela acionista o aumento do capital social da Companhia em R\$ 2.450.000,00 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta mil reais) totalmente integralizado, nesta data, em moeda corrente nacional, mediante a emissão de 2.450.000 (duas milhões, quatrocentas e cinquenta mil) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal ("Novas Ações").

v) Nova Esperança

Conforme Assembleia Geral Extraordinária datada de 03 de fevereiro de 2023, foi autorizado pela acionista o aumento do capital social da em R\$ 4.389.000,00 (quatro milhões, trezentos e oitenta e nove mil reais) totalmente integralizado, nesta data, em moeda corrente nacional, mediante a emissão de 4.389.000,00 (quatro milhões, trezentas e oitenta e nove mil) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal ("Novas Ações").

Conforme Assembleia Geral Extraordinária datada de 10 de março de 2023, foi autorizado pela acionista o aumento do capital social da Companhia em R\$ 1.020.000,00 (um milhão e vinte mil reais), totalmente integralizado, nesta data, em moeda corrente nacional, mediante a emissão de 1.020.000 (um milhão e vinte mil) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal ("Novas Ações").

vi) Presidente Venceslau

Conforme Assembleia Geral Extraordinária datada de 15 de março de 2023, foi autorizado pela acionista o aumento do capital social da em R\$ 3.529.100,00 (três milhões, quinhentos e vinte e nove mil e cem reais) totalmente integralizado, nesta

data, em moeda corrente nacional, mediante a emissão de 3.529.100 (três milhões, quinhentos e vinte e nove mil e cem) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal ("Novas Ações").

vii) São Jerônimo

Conforme Assembleia Geral Extraordinária datada de 15 de março de 2023, foi autorizado pela acionista o aumento do capital social da em R\$ 2.125.100,00 (dois milhões, cento e vinte e cinco mil e cem reais) totalmente integralizado, nesta data, em moeda corrente nacional, mediante a emissão de 2.125.100 (dois milhões, cento e vinte e cinco mil e cem) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal ("Novas Ações").

viii) Taquarituba

Conforme Assembleia Geral Extraordinária datada de 15 de março de 2023, foi autorizado pela acionista o aumento do capital social da em R\$ 2.355.100,00 (dois milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil e cem reais) totalmente integralizado, nesta data, em moeda corrente nacional, mediante a emissão de 2.355.100 (dois milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil e cem) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal ("Novas Ações").

ix) SBH2

Conforme Assembleia Geral Extraordinária datada de 15 de março de 2023, foi autorizado pela acionista o aumento do capital social da em R\$ 49.100,00 (quarenta e nove mil e cem reais) totalmente integralizado, nesta data, em moeda corrente nacional, mediante a emissão de 49.100 (quarenta e nove mil e cem) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal ("Novas Ações").